

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Avenida Theotônio Segurado, Plano-Diretor Norte, AANE 40, QI-01 Lote 03. CEP: 77006-332,
Palmas-TO (63) 3218-4247 | www.uft.edu.br/ppgpjdh | ppgpjdh@uft.edu.br



**PROGRAMA DE DISCIPLINA
GESTÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

INFORMAÇÕES GERAIS

Código: CHU983	Créditos: 02	Carga Horária: 30 horas-aula	Tipo: Optativa
Professores: Angela Issa Haonat / Airton Cardoso Cançado			Matrícula: 2455371/1534125

1 EMENTA

1. Orçamento e autonomia financeira do Poder Judiciário.
2. Evolução da Ciência da Administração.
3. Planejamento governamental e o Poder Judiciário. Planejamento estratégico e planejamento estratégico situacional do Poder Judiciário
4. A Gestão e o Poder Judiciário
5. Poder Judiciário e políticas públicas

2 OBJETIVOS

2.1 Geral: Analisar a eficiência da prestação jurisdicional no Brasil, com foco nas formas alternativas de solução de conflitos e no papel dos magistrados como gestores, bem como no aperfeiçoamento da gestão do Poder Judiciário, com destaque para o planejamento e qualidade do gasto.

2.2 Específicos:

- Analisar a evolução das Teorias da Administração e as tendências atuais de gestão.
- Propor soluções para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e eficiência do Poder Judiciário.
- Analisar a atuação do Conselho Nacional de Justiça.
- Investigar a eficiência da administração judiciária no Brasil.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

• **1º Encontro**

Introdução. Organização da disciplina e planejamento das aulas.

1. Orçamento e autonomia financeira do Poder Judiciário

- 1.1. O Poder Judiciário no orçamento público. Contextualização.
- 1.2. Receitas públicas e o Poder Judiciário. Custas judiciais. Outras fontes de receita própria do Poder Judiciário.
- 1.3. A autonomia financeira do Poder Judiciário: o ciclo orçamentário e o Poder Judiciário na elaboração e execução da lei orçamentária
- 1.4. Controle externo do Poder Judiciário: o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Controle social.
- 1.5. Controle interno do Poder Judiciário.

2. O Conselho Nacional de Justiça.

• **2º Encontro**

1. Evolução e tendências atuais das Teorias da Administração

- 1.1 Evolução das Teorias da Administração.
 - 1.1.1. Escola de Administração Científica
 - 1.1.2. Escola de Relações Humanas
 - 1.1.3. Behaviorismo
 - 1.1.4. Estruturalismo
 - 1.1.5. Contingência, Teoria dos Sistemas e Administração Por Objetivos

- 1.2 Tendências da Administração no atual contexto público e privado.
- 1.3 Possibilidades e tendências da participação popular na gestão pública.

2. Gestão pública, planejamento e o Poder Judiciário

1. Planejamento governamental e o Poder Judiciário. Planejamento Estratégico Situacional – PES e suas possibilidades no Poder Judiciário.

2.1. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de metas fiscais. As novas funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.2. Planejamento Estratégico.

2.3. Planejamento Estratégico Situacional e suas possibilidades no Poder Judiciário.

2.4. Planejamento e gerenciamento de projetos.

3. Despesas públicas e a administração do Poder Judiciário.

3.1. Regime jurídico da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Os arts. 15 a 24 da LRF.

3.2. Limitações das despesas públicas. Os gastos com pessoal.

3.3. Gasto público eficiente, modernização da gestão e qualidade do gasto público.

4. Poder Judiciário e políticas públicas

4.1. Direitos fundamentais, políticas públicas e restrições orçamentárias.

4.2. As teorias da “reserva do possível” e da “exaustão financeira”.

4.3. Separação de Poderes, federalismo fiscal e a atuação do Poder Judiciário em políticas públicas.

4.4. Atuação do Poder Judiciário nas políticas públicas de educação, saúde e proteção à criança e o adolescente.

• 3º Encontro

Discussão de casos PES:

Caso 1

SILVA, A. K. ; SOUSA, J. P. ; RODRIGUES, Waldecy ; CANÇADO, A.C. . Planejamento Estratégico Situacional - PES: estado da arte da produção científica no Brasil. REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO (ONLINE), v. 68, p. 365-388, 2017.

Caso 2

RODRIGUES, Waldecy ; MESQUITA, TÁSSIA REURY ; COELHO, ELAINY SILVA ; CANÇADO, AIRTON . A UTILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NA GESTÃO DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA (PROEX) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). REVISTA OBSERVATÓRIO, v. 3, p. 548-568, 2017.

Caso 3

RODRIGUES, Waldecy ; SANTOS, CARLA DANIELE ; SILVA, DIEGO ARAÚJO ; CANÇADO, Airton Cardoso . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL: O CASO DA REESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. RAHIS. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E INOVAÇÃO EM SAÚDE, v. 14, p. 53-67, 2017.

Caso 4

RODRIGUES, W. ; DUARTE, M. T. ; CANÇADO, A.C. . O uso do Planejamento Estratégico Situacional (PES) em universidades públicas: o caso da Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento da Universidade Federal do Tocantins. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, v. 1, p. 38-51, 2017.

Caso 5

SOUSA, J. P. ; SILVA, Alliny Kássia. ; CANÇADO, Airton Cardoso ; RODRIGUES, W. .
Planejamento Estratégico Situacional - PES: Uma análise bibliométrica da produção científica brasileira.. Revista do Serviço Público (Brasília), v. 68, p. 365, 2016.

Estudos de Caso

a) *Reserva do possível e teoria da impossibilidade material – os precatórios judiciais*

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *IF 1.207-4/SP*, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 19 mar. 2003. *In* Revista dos Tribunais, n. 817/159.

b) *Poder Judiciário, direito à saúde e federalismo*

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ag. Reg. na Suspensão de Tutela Antecipada (STA) 175-CE*. Tribunal Pleno. Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 17.3.2010.

c) *Decisões judiciais, orçamento e direito à educação*

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *RE 436996/SP*, Rel. Min. Celso de Mello, j. 26 out. 2005.

4 METODOLOGIA

1 Ensino: Aulas expositivas; realização de seminários; leitura de textos e pesquisa bibliográfica; estudos em grupo na sala de aula e instrução programada.

2 Avaliação: Análise dos trabalhos científicos produzidos ao longo da disciplina e a participação em sala de aula.

A aprovação na disciplina ficará condicionada à elaboração de artigo em parceria (co-autoria) com o orientador ou, sendo em dupla de alunos, com os respectivos orientadores e à submissão desse artigo em revista com Qualis Interdisciplinar no mínimo B3. Esse artigo valerá nota para o grupo de disciplinas ao qual a presente disciplina está ligada, conforme quadro de disciplinas e sistema de produção e avaliação de artigos científicos constante do manual do aluno.

5 BIBLIOGRAFIA

1 Básica:

• 1º Encontro

CONTI, José Mauricio (Org.). Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas. São Paulo: Almedina, 2017.

CONTI, José Mauricio. *A autonomia financeira do Poder Judiciário*. São Paulo: MP Editora, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução 70*, de 18 de março de 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução 198*, de 1º de julho de 2014.

CONTI, José Mauricio. Planejamento e responsabilidade fiscal. In SCAFF, Fernando F.; CONTI, José Mauricio (coords.). *Lei de Responsabilidade Fiscal*. 10 anos de vigência – questões atuais. São José (SC): Conceito Editorial - IBDF, 2010, pp. 39-56.

TJ-TO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TOCANTINS. Relatório de Atividades, 2017. Disponível em <<http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/publicacoes/relatorio-de-atividades/1404-2017atividades-1/file>>. Acesso em 11 set. 2019.

TRE-TO. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TOCANTINS. Relatório de Gestão, 2018. Disponível em <<http://www.tre-to.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/prestacao-de-contas-tcu/relatorio-de-gestao-tcu/tre-to-relatorio-de-gestao-2018-v-1-tcu>>. Acesso em 11 set. 2019.

• 2º Encontro

BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano; ZAMBALDE, André Luiz; BERMEJO, Paulo Henrique de Souza. Planejamento estratégico situacional aplicado à segurança pública em Lavras (MG). **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 523-545, Apr., 2012.

BRANCO, S. C.; A disseminação do planejamento estratégico no poder judiciário brasileiro. **GeCont**, v.2, n.1, jan-jun, 2015, p.171-190.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 2 Ed. Curitiba: CRV, 2015.

CONTI, José Mauricio (Org.). Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas. São Paulo: Almedina, 2017.

CONTI, José Mauricio. *A autonomia financeira do Poder Judiciário*. São Paulo: MP Editora, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. In Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG, 4, 2010, Vitória. **Anais...**, Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

GOMES, A. O.; FREITAS, M. E. M. Correlação entre demanda, quantidade de juízes e desempenho judicial em varas da Justiça Federal no Brasil. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 567-585, Aug. 2017.

GOMES, Adalmir de Oliveira; GUIMARAES, Tomás de Aquino. Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 379-401, Apr. 2013.

KUBLISCKAS, Wellington M. Federalismo fiscal e a separação dos poderes: análise das hipóteses de “relacionamento cruzado” entre os órgãos de poder dos diferentes entes da federação. In CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury; BRAGA, Carlos Eduardo Faraco. *Federalismo fiscal: questões contemporâneas*. Florianópolis: Conceito Editorial -IBDF, 2010, pp. 103-131.

MATUS, C. O Método PES: roteiro de análise teórica. São Paulo: FUNDAP, 1997.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento & governo*. Brasília: Ipea, 1996.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; BRESSER-PERIRA, Luiz Carlos. **Introdução à organização burocrática**. 2 ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2004, 294p.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELLOS, Isabella Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 3 ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2006, 428p.

SCHULZE, C. J. **O planejamento estratégico e o juiz administrador**, 2011. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/18879/o-planejamento-estrategico-e-o-juiz-administrador>>. Acesso em 15 ago. 2019.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, W. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3 E. São Paulo: Cenage do Brasil, 2019.

SLOMSKI, Valmor; PERES, Úrsula Dias. “As despesas públicas no orçamento: gasto público eficiente e a modernização da gestão pública” In CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando F.

Discussão de casos PES:

RODRIGUES, W.; DUARTE, M. T. ; CANÇADO, A.C. . O uso do Planejamento Estratégico Situacional (PES) em universidades públicas: o caso da Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento da Universidade Federal do Tocantins. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, v. 1, p. 38-51, 2017.

RODRIGUES, W.; MESQUITA, T. R.; COELHO, E. S.; CANÇADO, A. C. A Utilização do Planejamento Estratégico Situacional na gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). REVISTA OBSERVATÓRIO, v. 3, p. 548-568, 2017.

RODRIGUES, W.; SANTOS, C. D.; SILVA, D. A.; CANÇADO, A. C. Planejamento Estratégico Situacional: o caso da reestruturação do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins. RAHIS. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E INOVAÇÃO EM SAÚDE, v. 14, p. 53-67, 2017.

SILVA, A. K. ; SOUSA, J. P. ; RODRIGUES, W.; CANÇADO, A.C. Planejamento Estratégico Situacional - PES: estado da arte da produção científica no Brasil. REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO (ONLINE), v. 68, p. 365-388, 2017.

SOUSA, J. P.; SILVA, A. K.; CANÇADO, A. C.; RODRIGUES, W. Planejamento Estratégico Situacional - PES: Uma análise bibliométrica da produção científica brasileira. Revista do Serviço Público (Brasília), v. 68, p. 365, 2016.